

O vereador Marcio Pinho, presidente da Comissão Processante (CP)que julgará a suposta acusação de infração político-administrativa apontadas no relatório final da CPI que investigou a evolução patrimonial repentina da chefe do Executivo isabelense, se pronunciou em tribuna na sessão da última terça-feira (05) e rechaçou a informação infundada que o jornal "Impresso Brasil" trouxe como matéria de capa – na edição 188 de 01 de fevereiro de 2019 – com o destaque: "Vereadores devem arquivar CP que investiga prefeita Fábia Porto".

Marcio Pinho esclareceu que a CP terá o trabalho de julgar tudo aquilo que foi investigado durante a CPI – que foi concluída no final do ano passado – e que todo o trabalho e trâmite da Comissão Processante seguirá o que preconiza o regimento; onde define além do cronograma, toda estrutura de procedimentos.

O vereador rechaçou a informação infundada veiculada no jornal regional e aponta que o equívoco do periódico vai além, pois a CP não investigará mais uma vez a Prefeita Fábia Porto, e sim, a julgará ainda no primeiro semestre de 2019: ou até antes.

"É de uma irresponsabilidade e leviandade (...) Você colocar as coisas para inflamar pessoas e preconceituar um julgamento de trabalho que é sério. Muitos conhecem meu posicionamento e saio em defesa dos demais vereadores que fazem parte da Processante. Em nenhum momento foi levantado qualquer hipótese em relação ao arquivamento, porque sequer começaram os trabalhos", disse Marcio Pinho.

Com o fim do recesso parlamentar, a Prefeita Fábia Porto ainda será notificada e quando ocorrer, irá se estabelecer o prazo de 90 dias – improrrogável – para a conclusão dos trabalhos que podem transcorrer de forma célere e ser concluído antes do prazo regimental.

"Diante disso, a seriedade que levaremos adiante e dentro da proposta que cabe ao vereador, não tenha a menor dúvida que deverá ser dentro da Lei. Teremos períodos de arrolamento de testemunhas e irá trilhar todo caminho que foi estabelecido pela Comissão de Investigação. O certo é que a Comissão não tem o poder de investigar aquilo que já foi feito na CPI. A Processante é o julgamento político e administrativo." Para desconstruir todas as especulações que estão antecedendo o início dos trabalhos da Comissão Processante, o presidente Marcio Pinho fez



duras críticas ao que chama de politicagem. "Levantar hipótese de arquivamento é de uma maldade, desrespeito e de querer jogar o nome das pessoas na lama sem quer tenha iniciado os trabalhos. Eu na qualidade de presidente não aceito e não vou permitir mentiras e boatarias. Isso só tem um objetivo: politicagem", finalizou.

Em janeiro aconteceu a primeira reunião da Comissão Processante que foi instaurada para julgar a Prefeita Fábia Porto. Além da presidência, a CP é secretariada pelo vereador Edson Oh Glória e tem como relator, o vereador Van Negavan.



1.

Assessoria de Imprensa Câmara Municipal de Santa Isabel